



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



**Ao Presidente da**

Assembleia Municipal de Sintra

Dr. Domingos Linhares Quintas

Lisboa, 6 de abril de 2016

**Assunto:** Auditoria das contas da Câmara Municipal de Sintra e Serviços Municipalizados, relativos ao exercício de 2015.

Exmo. Senhor

Após a conclusão dos trabalhos efetuados, para os quais fomos nomeados por deliberação de 26/06/2015 dessa Assembleia Municipal, cumpre-nos remeter a V. Ex.<sup>a</sup> um exemplar da Certificação Legal de Contas e o Relatório de Fiscalização referentes às demonstrações financeiras individuais das entidades em referência, bem como, das demonstrações financeiras consolidadas da Câmara Municipal de Sintra relativos àquele exercício.

Com os melhores cumprimentos,

Amável Alberto Freixo Calhau  
Em representação de:  
"Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas".



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### CONTAS CONSOLIDADAS

#### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA**, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 856.281.406 euros e um total de fundos próprios de 709.302.931 euros, incluindo um resultado líquido de 28.821.653 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza, o Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos

#### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Executivo Camarário a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.



3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

## ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Executivo Municipal, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação e, quando aplicável, da aplicação do método da equivalência patrimonial;

a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
1. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA**, em 31 de Dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações e a execução orçamental consolidada relativa à despesa paga e à receita cobrada, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos previstos no POCAL.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

## ÊNFASES

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, referimos que:



**9.1** No final do exercício de 2001, com vista a adoção a partir de 01 de Janeiro de 2002 do Decreto-lei 54-A/99 de 22 de Dezembro (POCAL), o Município procedeu à identificação e valorização dos seus ativos e passivos elaborando o balanço inicial e apurando o património inicial. Nos termos do estipulado nos pontos 4.1.4 e 4.1.5 dos Critérios Valorimétricos do citado diploma, aos bens de domínio público não foi atribuído qualquer valor. Assim, à data de 31 de Dezembro de 2015, os bens de domínio público, já existentes à data de 31 de Dezembro de 2001 e que não foram objecto de qualquer investimento ou grande reparação, não integram o património do Município.

**9.2** No final do exercício de 2014, nos termos da acção administrativa intentada, a ALVT – Águas de Lisboa e Vale do Tejo (anteriormente SANEST – Saneamento da Costa do Estoril, S.A.) reclama uma dívida aos serviços municipalizados da CMS no total de 1.845.278 euros. A este montante acresce o valor de 868.984 euros de juros de mora, decorridos até 21 de Maio de 2009, nos termos da ação administrativa intentada.

Por outro lado, a CMS, através dos seus serviços municipalizados, nos termos da ação administrativa por sua vez intentada, reclamam da ALVT – Águas de Lisboa e Vale do Tejo o pagamento do montante de 1.564.420 euros, acrescido de juros de mora, no montante de 375.804 euros, como ressarcimento de prejuízos causados por aquela entidade em virtude da não correção de IVA indevidamente liquidado, no período de Julho de 2000 a Abril de 2003, no âmbito do contrato de recolha de efluentes.

Conforme referido no relatório de gestão, nas demonstrações financeiras dos SMAS de Sintra não estão evidenciados quaisquer daqueles montantes reclamados, não estando igualmente aqueles montantes refletidos nas contas consolidadas.



**9.3** Até ao final de 2013, a CMS, no âmbito dos diversos contratos programa, efetuou regularmente transferências para as empresas municipais incluídas no perímetro de consolidação. A Administração Fiscal, pode interpretar que estas operações, direta ou indiretamente, induzem ao consumo e, nesse caso, entender que haveria lugar à liquidação de IVA, aquando do recebimento das verbas, contrariando o procedimento até agora adotado; face à liquidação em curso das empresas municipais HPEM, EDUCA e Sintra Quorum, essa responsabilidade poderá ser imputada à CMS.

Lisboa, 6 de abril de 2016

Amável Alberto Freixo Calhau

Em representação de:

“AMÁVEL CALHAU, RIBEIRO DA CUNHA & ASSOCIADOS  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

## ***Câmara Municipal de Sintra***

### ***RELATÓRIO E PARECER DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS***

***(Contas Consolidadas – Exercício de 2015)***

**CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA**  
Largo Dr. Virgílio Horta  
2714-501 Sintra

**AMÁVEL CALHAU, RIBEIRO DA CUNHA &  
ASSOCIADOS - SROC**  
Rua da Artilharia Um, nº104, 4º Esq.  
1099-053 Lisboa

## ÂMBITO DO TRABALHO

Ex.mos. Senhores.

Por proposta do executivo da Câmara Municipal de Sintra (doravante “CMS”), e por aprovação da Assembleia Municipal datada de 18 de Junho de 2015, foi a Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados – SROC nomeada para a realização da auditoria às contas do Município de Sintra, relativos ao exercício de 2015.

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos da alínea e) do n.º 2. do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Câmara Municipal de Sintra, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 856.281.406 euros e um total de fundos próprios de 709.302.931 euros, incluindo um resultado líquido de 28.821.653 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza, o Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### ACESSO À INFORMAÇÃO

O nosso trabalho teve por base a informação contabilístico-financeira produzida pelo Município, bem como, toda a informação resultante das diversas reuniões tidas com os serviços.

### FIABILIDADE DA INFORMAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e, tendo em consideração o referido no ponto 2- Internalização das empresas municipais do presente relatório, são comparáveis com as do exercício anterior.

### RESPONSABILI- DADES

A obrigatoriedade de preparar demonstrações financeiras consolidadas decorre do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais).





Nos termos do artigo 5.º da Portaria 474/2010, de 01 de Julho, e até à publicação de normas de consolidação de contas previstas nos planos sectoriais ou de norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o sector público administrativo, na elaboração das contas consolidadas devem ser observados os princípios de consolidação estabelecidos na orientação n.º 1/2010, que faz parte integrante da referida portaria.

É da responsabilidade do Executivo Camarário a preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e os resultados das suas operações, bem como a adoção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

Em reunião de 5 de abril de 2016, o Executivo Camarário deliberou a aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas relativos ao exercício de 2015 sobre os quais agora nos pronunciamos.

Deliberou ainda, remeter os documentos de Prestação de Contas à Assembleia Municipal para apreciação e votação.

#### **NORMATIVO (POCAL)**

O Município elaborou as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas com base no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos e de acordo com os princípios contabilísticos previstos no POCAL – Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais.

#### **TRABALHO DESENVOLVIDO**

A nossa revisão foi efetuada de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e incluiu, entre outros, os seguintes procedimentos:

1. Identificação das empresas a incluir na consolidação, bem como a determinação dos interesses da empresa-mãe nas filiais e associadas;



2. Análise do trabalho desenvolvido pela CMS, no que concerne à adoção uniforme de critérios valorimétricos entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação;
3. A harmonização dos princípios e políticas contabilísticas, dos critérios valorimétricos e da estrutura da apresentação das demonstrações financeiras;
4. Verificação de que as transações entre as empresas do conjunto estão adequadamente identificadas e que os saldos das contas entre as empresas do conjunto foram conciliados e, se necessário, ajustados;
5. Acompanhamento do processo de internalização das empresas municipais em liquidação, conforme aprovado pelo Executivo Camarário e pela Assembleia Municipal de Sintra, em Fevereiro de 2015;
6. Análise do método de consolidação adotado para cada uma das entidades incluídas no perímetro de consolidação;
7. Verificação e análise da determinação das diferenças de consolidação e dos interesses minoritários;
8. Análise da opinião expressa pelo revisor oficial de contas relativamente a cada uma das entidades incluídas no perímetro de consolidação;
9. Verificação da conformidade do relatório de gestão consolidado com o balanço consolidado, demonstração de resultados por naturezas consolidados e respetivos Anexos;

#### LIMITAÇÕES DE ÂMBITO

O trabalho desenvolvido não esteve sujeito a qualquer restrição e / ou limitação de âmbito.

AC/PS



## SÍNTESE DE AUDITORIA

### 1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### BALANÇO CONSOLIDADO

Activo	31-12-2014	31-12-2015	Fundos Próprios e Passivo	31-12-2014	31-12-2015
Imobilizado Incorpóreo	2.590.904	2.829.916	<b>Fundos Próprios</b>		
Imobilizado Corpóreo	676.057.684	610.880.128	Património	343.446.125	274.763.059
Bens de Domínio Público	263.763.421	341.106.579	Reservas Legais	14.248.939	15.473.246
Imobilizado em Curso	23.488.953	11.013.351	Doações	34.524.921	34.870.921
Amortizações Acumuladas	(287.101.612)	(304.469.915)	Cedências	0	69.673.317
Imobilizado Financeiro	79.135.153	94.677.840	Integração Património Cacém Polis	16.656.799	16.656.799
Provisões Investimento Financeiro	(5.000)	(5.000)	Internalização Emp. Municipais	23.882.576	14.331.728
Existências	2.372.568	2.371.413	Diferenças de consolidação	-2.083.991	-262.042
Dívidas de Terceiros	13.215.896	11.187.008	Resultados Transitados	227.116.450	254.974.249
Títulos negociáveis	0	0	Resultado Líquido	18.471.743	28.821.653
Depósitos em Instituições Bancárias	65.728.143	77.689.678	<b>Total Fundos Próprios</b>	<b>676.263.562</b>	<b>709.302.931</b>
Acréscimos e Diferimentos Activos	11.371.529	9.000.408	<b>Passivo</b>		
<b>Total Activo</b>	<b>850.617.639</b>	<b>856.281.406</b>	<b>Provisões para Riscos e Encargos</b>	<b>18.575.604</b>	<b>22.653.854</b>
			<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:</b>		
			Empréstimos a Médio e Longo Prazo	58.958.976	26.949.892
			Outros Credores Médio e Longo Prazo	0	5.591.443
			<b>Dívidas a terceiros - Curto Prazo:</b>		
			Dívidas a Terceiros de Curto Prazo	20.740.883	17.437.416
			Acréscimos e Diferimentos Passivos	76.078.614	74.345.871
			<b>Total Passivo</b>	<b>174.354.077</b>	<b>146.978.475</b>
			<b>Total Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>850.617.639</b>	<b>856.281.406</b>

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA**

Descrição	31-12-2014	31-12-2015	Descrição	31-12-2014	31-12-2015
<b>Custos e Perdas</b>			<b>Proveitos e Ganhos</b>		
CMVMC	14.844.428	15.059.219	Vendas e Prestação de Serviços	64.420.104	65.726.108
Fornecimentos e Serviços Externos	62.082.755	61.970.026	Impostos e Taxas	87.773.163	92.115.359
Variação de Produção	0	0	Variação de Produção	0	
Custos com Pessoal	63.461.150	63.894.077	Trabalhos para a própria entidade	643.443	751.173
Transferências e Subsídios Correntes	14.686.289	15.169.497	Proveitos Suplementares	14.485	2.148
Amortizações do Exercício	24.553.008	23.343.979	Transferências e Subsídios	47.805.629	46.863.159
Provisões do Exercício	10.623.686	7.473.544	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	903.043	780.188
Outros Custos e Perdas Operacionais	1.798.802	1.477.374			
<b>Custos e Perdas Operacionais</b>	<b>192.050.118</b>	<b>188.387.716</b>	<b>Proveitos e Ganhos Operacionais</b>	<b>201.559.867</b>	<b>206.238.135</b>
<b>Custos e Perdas Financeiros</b>	<b>2.181.787</b>	<b>1.291.924</b>	<b>Proveitos e Ganhos Financeiros</b>	<b>6.794.533</b>	<b>6.955.621</b>
<b>Custos e Perdas Correntes</b>	<b>194.231.905</b>	<b>189.679.640</b>	<b>Proveitos e Ganhos Correntes</b>	<b>208.354.400</b>	<b>213.193.756</b>
<b>Custos e Perdas Extraordinários</b>	<b>4.126.925</b>	<b>2.837.759</b>	<b>Proveitos e Ganhos Extraordinários</b>	<b>8.541.485</b>	<b>8.188.823</b>
<b>Imposto s/ rendimento</b>	<b>65.312</b>	<b>43.527</b>	<b>Proveitos Totais</b>	<b>216.895.885</b>	<b>221.382.579</b>
<b>Custos e Perdas do Exercício</b>	<b>198.424.142</b>	<b>192.560.926</b>			
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>9.509.749</b>	<b>17.850.419</b>			
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>4.612.746</b>	<b>5.663.697</b>			
<b>Resultados Correntes</b>	<b>14.122.495</b>	<b>23.514.116</b>			
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>18.537.055</b>	<b>28.865.180</b>			
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>18.471.743</b>	<b>28.821.653</b>			



## **2. INTERNALIZAÇÃO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS**

Em Fevereiro de 2014, o Executivo Camarário e a Assembleia Municipal da CMS, aprovaram a dissolução e liquidação das empresas municipais Educa, e HPEM bem como o “Plano de Internalização” de todas as atividades desenvolvidas por estas empresas. Neste contexto, foram mandatados os respetivos Conselhos de Administração para deliberar a dissolução e dar início ao processo de liquidação, indicando a respetiva comissão liquidatária, o que ocorreu em 2015.

No essencial, no decorrer do 1º semestre de 2014, a atividade anteriormente desenvolvida pela Educa, nomeadamente, gestão de escolas, refeitórios, complexos desportivos e transportes escolares e a atividade de limpeza urbana, anteriormente desempenhada pela HPEM, passaram a ser parte integrante da atividade do Município.

Relativamente à Sintra Quorum, foi deliberada a sua dissolução tendo sido nomeada a respetiva comissão liquidatária. A internalização da atividade desta entidade, teve o seu início em Janeiro de 2015, com a internalização da atividade CCOC – Centro Cultural Olga Cadaval. Em Setembro de 2015, foi internalizada a atividade da Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra.

O processo de liquidação HPEM e EDUCA e Sintra Quorum não está concluído. No entanto, o resultado das diversas operações de internalização foram já reconhecidas pelo Grupo, em fundos próprios, como resultado de internalização. Como consequência, as diferenças de consolidação relativamente a estas entidades são nulas.

Assim, no final do exercício de 2015, o resultado global da internalização em curso, registado na rubrica de fundos próprios, incluindo a transferência de ativos da AMES – Agência Municipal de Energia de Sintra (AMES), liquidada em 2014, é positivo, no montante de 14.331.728 euros.



### 3. SÚMULA DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES

#### ESTRUTURA DO ATIVO

#### 3.1 – ENTIDADES INCLUIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme referido na nota 1 do ABDR, integram o perímetro de consolidação as empresas identificadas no quadro seguinte, dando cumprimento ao estipulado no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais:

Entidade	Valor do investimento	% participação	Método de Consolidação	Observações
SMAS - Serv. Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra	0	100%	Agregação	
Educa-Empresa Municipal de Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos de Sintra, E.M.	0	100%	Integral	Em liquidação
HPEM – Higiene Pública, E.E.M.	0	100%	Integral	Em liquidação
Sintraquorum – Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, E.E.M	0	100%	Integral	Em liquidação
EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.M	677.060	100%	Integral	

As empresas EDUCA, HPEM e SINTRA QUORUM conforme mencionado no ponto 2. do presente relatório, encontram-se em processo de liquidação dando assim cumprimento ao aprovado, em Fevereiro de 2014, pelo executivo camarário e pela Assembleia Municipal de Sintra.

### 3.2 – ENTIDADES NÃO INCLUIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No quadro seguinte apresentamos o conjunto das participações financeiras do Município não incluídas no perímetro de consolidação.

Entidade	Valor investimento	% participação	Provisão
AMTRES - Associação dos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra p/ o Tratamento de Resíduos Sólidos	2.945.577	Não aplicável	0
Parques de Sintra - Monte da Lua, SA	1.755.000	15%	0
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA (Ex-SANEST)	1.347.500	0,80%	0
José de Mello Saude - Sociedade Gestora de Participações de Capital - Hospital Amadora Sintra	5.000	6%	5.000
Municipia, E.M., SA	6.911	0,15%	0
<b>Total</b>	<b>6.059.988</b>		<b>5.000</b>

As participações financeiras cuja percentagem de capital detida seja inferior a 20% são valorizadas pela CMS ao valor de aquisição.

Nos termos da “Nota Explicativa – Consolidação de Contas pelos Municípios”, as entidades intermunicipais e associativas municipais “são entidades mãe ou consolidantes pelo que nunca integram os perímetros de consolidação de qualquer município”, razão pela qual a participação na AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos não foi objeto de consolidação.

### 3.3 – DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o “Manual de Consolidação da Câmara Municipal de Sintra”, documento no qual são identificadas as entidades que integram o perímetro de consolidação, os métodos de consolidação, homogeneização das operações intragrupo e ainda critérios valorimétricos e princípios contabilísticos uniformes para todo o grupo, com as exceções referidos no ponto VIII da ABDR, embora de valores considerados imateriais.

Neste exercício, apesar dos esforços desenvolvidos, os registos contabilísticos, entre as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação, ainda não são totalmente coincidentes. Como consequência, no final do exercício de 2015, as divergências apuradas, no montante de 33.710 euros foram registados como diferenças de consolidação, nos capitais próprios consolidados.

No quadro seguinte apresentamos as diferenças de consolidação apuradas para cada uma das entidades incluídas no perímetro de consolidação, conforme referido na nota 10 do ABDR:



Entidade	2014	2015	Variação
SMAS - Serv. Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra	0	0	0
Educa-Empresa Municipal de Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos de Sintra, E.M.	0	0	Em liquidação
HPEM – Higiene Pública, E.E.M.	0	0	Em liquidação
Sintraquorum – Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, E.E.M	1.840.516	0	Em liquidação
EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.M	295.752	295.752	0
<b>Sub-total</b>	<b>2.136.268</b>	<b>295.752</b>	<b>0</b>
Diferenças consolidação resultante de não conciliação dos saldos/movimentos intra-grupo	-52.277	-33.710	18.567
<b>TOTAL</b>	<b>2.083.991</b>	<b>262.042</b>	<b>18.567</b>

As diferenças de consolidação, no montante de 295.752 euros, correspondem ao diferencial entre os capitais próprios da participada, no final do exercício de 2010, e o respetivo valor de aquisição.

A partir desta data as eventuais variações de capitais próprios da participada integram os capitais próprios do grupo pelo que as diferenças de consolidação então apuradas não sofrem qualquer alteração.

Conforme referido no ponto 2 do presente relatório, em resultado do processo de liquidação em curso e da consequente transferência de ativos e passivos das empresas EDUCA e HPEM e Sintra Quorum, as diferenças de consolidação destas entidades em 31 de Dezembro de 2015, são nulas.

### 3.3 – RELATÓRIO DE GESTÃO

O relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e complementa-as adequadamente.

### 3.5. NOTA FINAL

#### CONCLUSÃO GLOBAL

Face ao exposto, atendendo ao referido na Certificação Legal das Contas, somos de opinião que o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, a Demonstração dos Resultados Consolidada, o Mapas de Fluxos de Caixa Consolidado e os correspondentes Anexos da CMS, referentes ao exercício de 2015, merecem aprovação.

Agradecemos toda a colaboração prestada pelo Executivo Camarário e Serviços do Município e estamos ao vosso dispor para esclarecer qualquer eventual dúvida.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Lisboa, 6 de abril de 2016



Amável Alberto Freixo Calhau